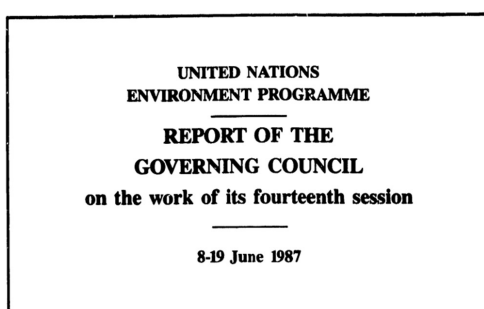


**Histórico de Reforma dos Arcabouços Jurídicos Internacional e Brasileiro
visando ao controle da Região Amazônica brasileira – de 1987 até
implementação do PPG-7**

1) United Nations Environment Programme (UNEP), junho de 1987:

UNEP aprova proposta apresentada por Canadá, Holanda e EUA de elaboração, pelo sistema ONU, de convenção internacional de diversidade biológica¹.



GENERAL ASSEMBLY
OFFICIAL RECORDS: FORTY-SECOND SESSION
SUPPLEMENT No. 25 (A/42/25)

**J. International conventions and protocols in the field
of the environment**

32. In paragraph 2 of its decision 14/29 of 17 June 1987, the Council authorized the Executive Director to transmit on its behalf his report on international conventions and protocols in the field of the environment ^{7/} together with any comments made by delegations thereon, to the General Assembly at its forty-second session, in accordance with General Assembly resolution 3436 (XXX) of 9 December 1975.

**Rationalization of international conventions on biological diversity
(decision 14/26)**

105. At the 14th meeting of the session, on 17 June, the Council had before it a draft decision on this subject submitted by the Committee of the Whole (UNEP/GC.14/L.37 - E). The Committee had approved a draft text submitted by the representatives of Australia, Canada, the Netherlands and the United States of America, as amended after consultations with the observer for the International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources.

106. The draft decision was adopted by consensus.

¹ Fonte:

https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/17274/87_06_GC14_report_N8723250.pdf?sequence=14&isAllowed=y

2) Repercussão internacional da atuação do seringueiro Chico Mendes na Amazônia² (1987-88):

Sobem ao palco novos movimentos socioambientais, em que a figura de Chico Mendes e suas ideias expressam uma verdadeira revolução na produção do espaço e gestão de um desenvolvimento alternativo – um modelo de desenvolvimento baseado no aproveitamento racional dos recursos naturais, na identificação e equilíbrio entre o homem e a natureza – as reservas extrativistas⁶ vão se colocar frontalmente com o movimento de expansão agropecuária, que tinha nos desmatamentos e perdas de florestas o meio indispensável para a realização de seus propósitos.

A figura carismática e emblemática de Chico Mendes, como líder do movimento dos seringueiros da Amazônia, confrontou-se por meio de embates⁷ e denunciando o processo expansivo das fazendas de gado, que promoviam derrubadas de florestas em nome do ‘progresso’ e coloca-se como a principal voz com visibilidade política em defesa dos povos da floresta, aliança que vingaria mais tarde entre seringueiros, ribeirinhos e índios. Em março de 1987, Chico Mendes, como representante do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), criado em 1985, foi a Washington (USA) para protestar contra o financiamento da ampliação da BR-364 para Rio Branco (AC). A principal reivindicação era

⁶ A proposta de reservas extrativistas inaugura uma nova concepção de propriedade e gestão de recursos naturais no Brasil, em que uma determinada área demarcada passa a ser de propriedade da União, com direito de uso por parte das populações que habitam a região, por meio de um plano de uso gerido pela comunidade sob jurisdição do Ibama. Além das reservas extrativistas estaduais e federais, outras unidades de conservação representam este avanço: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Parque Nacional do Jaú, Floresta Nacional do Tapajós, dentre outras.

⁷ Forma de resistência utilizada pelos seringueiros para impedir a derrubada da floresta.

² Fonte: da Silva, AT *Governança Global na Amazônia: o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*, disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/559>

a de que a estrada só deveria ser ampliada se fosse garantido que o desastre de Rondônia não se repetiria.⁸

No mesmo ano, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) suspendeu o pagamento dos recursos para a construção da estrada. Chico Mendes, pelo trabalho incansável em prol da defesa da floresta, recebeu o Prêmio Meio Ambiente das Nações Unidas (Global 500). “Foi essa internacionalização/globalização que lhes permitiu sair das sombras da floresta, e por meio de suas organizações locais-regionais-nacionais, ganhar um lugar ao sol” (GONÇALVES, 2001a, p.189).

Quando Chico Mendes foi assassinado, no Acre, em dezembro de 1988, por grandes proprietários rurais, provocou uma intensa onda de protestos em todo o mundo. Certamente a sua vida não foi em vão. A sua morte significou uma inflexão decisiva nos rumos da Amazônia, sinalizando para um possível modelo de desenvolvimento sustentável baseado no aproveitamento racional e igualitário dos produtos da floresta. Mas, até que ponto pode se considerar viável esta alternativa de desenvolvimento regional, considerando os desafios de agregação de valor e geração de renda em nichos de mercados competitivos? Ao que tudo indica, a criação de reservas extrativistas representou uma oportunidade concreta de inserção das populações amazônicas na construção dos alicerces de uma sociedade sustentável.

3) Promulgação da Constituição Federal, 5 de outubro de 1988:

O texto constitucional inclui artigos estratégicos, relacionados a “terras indígenas”, para a política conservacionista da região amazônica: **arts. 67, 176 § 1º, 231 e 232.**

Art. 67. A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

~~§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.~~

§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se

desenvolverem em faixa de fronteira ou **terras indígenas**. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995\)](#)

CAPÍTULO VIII DOS ÍNDIOS

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os **direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.**

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

4) Reunião de Cúpula do G7, julho de 1990:

Como consequência da decisão do UNEP de criação, no sistema ONU, de convenção internacional dedicada a temas de diversidade biológica, a Declaração final da Cúpula de Houston, em seu item 66³:

- a) afirma que a destruição das florestas tropicais atingiu proporções alarmantes;
- b) congratula o compromisso do novo governo do Brasil (Fernando Collor de Mello) em ajudar a deter a destruição e fornecer manejo florestal sustentável;

³ Fonte: <http://www.g8.utoronto.ca/summit/1990houston/declaration.html#environment>

- c) afirma que o G7 está pronto para cooperar com o Governo brasileiro por meio de programa piloto;
- d) solicita ao Banco Mundial que prepare proposta de programa piloto, em estreita colaboração com a Comissão das Comunidades Europeias; e
- e) afirma que o Plano de Ação para Florestas Tropicais deve ser reformado e fortalecido, dando mais ênfase à conservação das florestas e à proteção da diversidade biológica.

Tal iniciativa do G-7 resultou no **PPG-7 - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil** (item 7 deste documento), aprovado em 1992, durante a ECO/92 realizada no Rio de Janeiro.

Observar que a criação do “The Rain Forest Trust Fund”, em 1992, é muito semelhante à atual proposta do G-20 de criação do “Global Health Threats Fund”⁴ para “support investments in global public goods for pandemic preparedness and response”.



G7 Information Centre



Summits | Meetings | Publications | Research | Search | Home | About the G7 Research Group

[Follow @g7_rg](#)



G7/8 Summit Meetings > 1990 Houston Summit



Houston Economic Declaration

Houston, 11 July 1990

Texto original do item 66:

“66. We are determined to take action to increase forests, while protecting existing ones and recognizing the sovereign rights of all countries to make use of their natural resources. The destruction of tropical forests has reached alarming proportions. **We welcome the commitment of the new Government of Brazil to help arrest this destruction and to provide sustainable forest management.** We actively support this process, and we are ready for a new dialogue with developing countries on ways and means to support their efforts. **We are ready to cooperate with the Government of Brazil on a comprehensive pilot program to counteract the threat to tropical rain forests in that country. We ask the World Bank to prepare such a proposal, in close cooperation with the Commission of the European Communities, which should be presented at the latest at the next Economic Summit.** We appeal to the other concerned countries to join us in this effort. Experience gained in this pilot program should immediately be shared with other countries faced with tropical forest destruction. The Tropical Forestry Action Plan must be reformed and strengthened, placing more emphasis on forest conservation and protection of biological diversity. The International Tropical Timber Organization action

⁴ Fonte: <https://pandemic-financing.org/report/foreword/>

plan must be enhanced to emphasize sustainable forest management and improve market operations.”

5) Reuniões de negociação para a ECO/92 (Rio de Janeiro) e aprovação do texto da Convenção da Diversidade Biológica (CDB):

O primeiro parágrafo do texto abaixo explicita a estratégia da CDB: apresentar a biodiversidade existente em territórios nacionais como “global assets”, ao mesmo tempo em que busca legitimar intervenções e ingerências estrangeiras em territórios de terceiros países ao afirmar que nunca tantas espécies e tantos ecossistemas estiveram ameaçados de extinção.



History of the Convention⁵

Introduction

The Earth's biological resources are vital to humanity's economic and social development. As a result, there is a growing recognition that **biological diversity is a global asset** of tremendous value to present and future generations. At the same time, the **threat to species and ecosystems has never been so great as it is today**. Species extinction caused by human activities continues at an alarming rate.

In response, the United Nations Environment Programme (UNEP) convened the Ad Hoc Working Group of Experts on Biological Diversity in November 1988 to explore the need for an international convention on biological diversity. Soon after, in May 1989, it established the Ad Hoc Working Group of Technical and Legal Experts to prepare an international legal instrument for the conservation and sustainable use of biological diversity. The experts were to take into account "the need to share costs and benefits between developed and developing countries" as well as "ways and means to support innovation by local people".

By February 1991, the Ad Hoc Working Group had become known as the Intergovernmental Negotiating Committee. Its work culminated on 22 May 1992 with the Nairobi Conference for the Adoption of the Agreed Text of the Convention on Biological Diversity.

The Convention was opened for signature on 5 June 1992 at the United Nations Conference on Environment and Development (the Rio "Earth Summit"). It remained open for signature until 4 June 1993, by which time it had received 168 signatures. The Convention entered into force on 29 December 1993, which was 90 days after the 30th ratification. The first session of the Conference of the Parties was scheduled for 28 November – 9 December 1994 in the Bahamas.

⁵ Fonte: <https://www.cbd.int/history/>

The Convention on Biological Diversity was inspired by the world community's growing commitment to sustainable development. It represents a dramatic step forward in the conservation of biological diversity, the sustainable use of its components, and the fair and equitable sharing of benefits arising from the use of genetic resources.

Pre-CBD Meetings

May 1992

20 - 21 May 1992
Nairobi, Kenya
Conference for the Adoption of the Convention on Biological Diversity
[Documents »](#)
Confirmed

11 - 19 May 1992
Nairobi, Kenya
Seventh Negotiating Session / Fifth Meeting of the Intergovernmental Negotiating Committee for a Convention on Biological Diversity
[Documents »](#)
Confirmed

February 1992

6 - 15 February 1992
Nairobi, Kenya
Sixth Negotiating Session / Fourth Meeting of the Intergovernmental Negotiating Committee for a Convention on Biological Diversity
[Documents »](#)
Confirmed

November 1991

25 November - 4 December 1991
Geneva, Switzerland
Fifth Negotiating Session / Third Meeting of the Intergovernmental Negotiating Committee for a Convention on Biological Diversity
[Documents »](#)
Confirmed

September 1991

23 September - 3 October 1991
Nairobi, Kenya
Fourth Negotiating Session / Second Meeting of the Intergovernmental Negotiating Committee for a Convention on Biological Diversity
[Documents »](#)
Confirmed

Comentado [EMdV1]: Na lista abaixo é possível acessar os principais documentos aprovados em cada uma das reuniões. Esse material pode ser útil na identificação dos conceitos-chave distorcidos no processo de elaboração do texto da Convenção.
<https://www.cbd.int/history/>

June 1991

24 June - 3 July 1991
Madrid, Spain
Third Negotiating Session / First Meeting of the Intergovernmental Negotiating Committee for a Convention on Biological Diversity
[Documents »](#)
Confirmed

24 June - 3 July 1991
Madrid, Spain
Ad Hoc Working Group of Legal and Technical Experts on Biological Diversity
[Documents »](#)
Confirmed

February 1991

25 February - 6 March 1991
Nairobi, Kenya
Ad Hoc Working Group of Legal and Technical Experts on Biological Diversity
[Documents »](#)
Confirmed

November 1990

19 - 23 November 1990
Nairobi, Kenya
First Session of the Ad Hoc Working Group of Legal and Technical Experts on Biological Diversity
[Documents »](#)
Confirmed

14 - 17 November 1990
Nairobi, Kenya
Sub-Working Group on Biotechnology
[Documents »](#)
Confirmed

July 1990

9 - 13 July 1990
Third Session of the Ad Hoc Working Group of Experts on Biological Diversity
[Documents »](#)
Confirmed

February 1990

19 - 23 February
Second Session of the Ad Hoc Working Group of Experts on Biological Diversity
[Documents »](#)

1990

Confirmed

November 1988

16 - 18 November 1988 First session of Ad Hoc Working Group of Experts on Biological Diversity

[Documents »](#)

Geneva, Switzerland

Confirmed

6) Proposta de reestruturação do PNUD/ONU, mencionando ameaças à segurança humana (1994):

O “Human development report – 1994” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁶ afirma que as ameaças à “segurança humana”⁷ se tornaram globais, como o HIV/Aids, o terrorismo, a poluição e a proliferação nuclear. Os problemas ambientais, segundo o documento, não observam fronteiras nacionais:

- The threats to human security are no longer just personal or local or national. They are becoming global: with drugs, AIDS, terrorism, pollution, nuclear proliferation. Global poverty and environmental problems respect no national border. Their grim consequences travel the world.

Diante de tal cenário, um novo conceito de segurança humana deve ser desenvolvido e um novo papel designado às Nações Unidas:

achievement and human distress, we must seek a new concept of human security in the decades ahead. We must seek a new paradigm of sustainable human development that can satisfy the expanding frontiers of this human security. We must seek a new framework of development cooperation that brings humanity together through a more equitable sharing of global economic opportunities and responsibilities. And we must seek a new role for the United Nations so that it can begin to meet humanity's agenda not only for peace but also for development.

⁶ Fonte: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr1994encompletenostatspdf.pdf>

⁷ Escrevi sobre o assunto também neste documento: https://erikamdaveiga.substack.com/p/global-health-security-agenda-and?utm_source=twitter&utm_campaign=auto_share&r=2402kd

A new concept of human security

For too long, the concept of security has been shaped by the potential for conflict between states. For too long, security has been equated with the threats to a country's borders. For too long, nations have sought arms to protect their security.

For most people today, a feeling of insecurity arises more from worries about daily life than from the dread of a cataclysmic world event. Job security, income security, health security, environmental security, security from crime—these are the emerging concerns of human security all over the world.

O novo pretendido conceito de “segurança humana” é universal, aplicável a qualquer pessoa, independentemente de sua nacionalidade. Além disso, uma única pessoa ameaçada em qualquer lugar do planeta representa, segundo o PNUD, risco a todos os estados nacionais do planeta. No caso da segurança humana, a prevenção é mais eficiente do que a intervenção posterior ao dano:

- Human security is a *universal concern*. It is relevant to people everywhere, in rich nations and poor. There are many threats that are common to all people—such as unemployment, drugs, crime, pollution and human rights violations. Their intensity may differ from one part of the world to another, but all these threats to human security are real and growing.
- The components of human security are *interdependent*. When the security of people is endangered anywhere in the world, all nations are likely to get involved. Famine, disease, pollution, drug trafficking, terrorism, ethnic disputes and social disintegration are no longer isolated events, confined within national borders. Their consequences travel the globe.
- Human security is *easier to ensure through early prevention than later intervention*. It is less costly to meet these threats upstream than downstream. For example, the direct and indirect cost of HIV/AIDS (human immunodeficiency virus/acquired immune deficiency syndrome) was roughly \$240 billion during the 1980s. Even a few

billion dollars invested in primary health care and family planning education could have helped contain the spread of this deadly disease.

- *Human security is people-centred.* It is concerned with how people live and breathe in a society, how freely they exercise their many choices, how much access they have to market and social opportunities—and whether they live in conflict or in peace.

O conceito de segurança deve então, segundo o documento de 1994, mudar drasticamente da segurança tradicional de territórios para segurança de pessoas; da segurança por armamentos para a segurança por meio de desenvolvimento humano sustentável. A lista de ameaças à segurança humana inclui ameaças ambientais e de saúde pública (esta última relevante no atual debate em curso na OMS sobre mecanismos internacionais de declaração de estado de emergência sanitária e pandemia):

The concept of security must thus change urgently in two basic ways:

- From an exclusive stress on territorial security to a much greater stress on people's security.
- From security through armaments to security through sustainable human development.

The list of threats to human security is long, but most can be considered under seven main categories:

- Economic security
- Food security
- Health security

- Environmental security
- Personal security
- Community security
- Political security.

Outro conceito-chave do documento do PNUD é o conceito de “global human security”, baseado no risco de ameaças locais rapidamente extravasarem fronteiras nacionais, atingindo terceiros países. Desmatamento e gases de efeito estufa são exemplos apresentados pelo documento como ameaças ambientais globais.

Global human security

Some global challenges to human security arise because threats within countries rapidly spill beyond national frontiers. Environmental threats are one of the clearest examples: land degradation, deforestation and the emission of greenhouse gases affect climatic conditions around the globe. The trade in drugs is also a transnational phenomenon—drawing millions of people, both producers and consumers, into a cycle of violence and dependency.

Other threats take on a global character because of the disparities between countries—disparities that encourage millions of people to leave their homes in search of a better life, whether the receiving country wants them or not. And in some cases, frustration over inequality can take the form of religious fundamentalism—or even terrorism.

So, when human security is under threat anywhere, it can affect people everywhere. Famines, ethnic conflicts, social disintegration, terrorism, pollution and drug trafficking can no longer be confined within national borders. And no nation can isolate its life from the rest of the world.

Dado que ameaças à segurança humana em qualquer local do planeta representam potenciais ameaças globais, cabe à comunidade internacional desenvolver novos mecanismos de cooperação internacional no enfrentamento de tais desafios.

The real threats to human security in the next century will arise more from the actions of millions of people than from aggression by a few nations—threats that will take many forms:

- Unchecked population growth
- Disparities in economic opportunities
- Excessive international migration
- Environmental degradation
- Drug production and trafficking
- International terrorism.

It is in the interest of all nations to discover fresh ways of cooperating to respond to these six emerging threats (and others, should they arise) that constitute the global framework of human insecurity.

7) PPG-7 - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (1992-2009):

Segundo artigo de 2012, da representação do Banco Mundial no Brasil⁸:

“Os 43 milhões de hectares de terras indígenas demarcadas – ou metade das áreas indígenas da Amazônia – correspondem a apenas um entre os muitos legados deixados pela maior iniciativa ambiental já implementada no país: o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

Entre outras contribuições do programa, lançado durante a Rio-92, estão também a criação de políticas ambientais sólidas, a participação da sociedade civil, os novos conhecimentos sobre as florestas brasileiras e as lições aplicadas a outros projetos.

Desde o início, o programa uniu esforços e recursos vindos dos sete países mais ricos do mundo (vem daí a sigla PPG7 pela qual a iniciativa é conhecida), da sociedade e do governo brasileiros, do Banco Mundial e de ONGs internacionais.

Nesse período, entre o fim dos anos 1980 e o começo da década de 1990, o Brasil vivia sob grande pressão global. “Revistas estrangeiras publicavam manchetes como Torching the Amazon (‘Incendiando a Amazônia’)”, lembra o gerente do PPG7 no Banco Mundial, Garo Batmanian.

Também nessa época, o Ministério do Meio Ambiente era uma instituição recém-criada. *Faltavam, no Brasil, políticas públicas para preservação e promoção de atividades sustentáveis na Amazônia. Além disso, o valor dos serviços ambientais das florestas brasileiras era pouco conhecido.*

Conservação e manejo

O programa – financiado com US\$ 428 milhões – se estruturou em torno de quatro componentes, que deram origem a 28 projetos. O primeiro desses componentes foi a criação de uma política nacional de manejo dos recursos naturais.

Em segundo lugar, foram estabelecidas áreas de conservação e gerenciamento dos recursos naturais. A ideia era fortalecer a regulação sobre o uso das terras em regiões de floresta.

Isso permitiu a demarcação de 2.1 milhões de hectares de floresta, monitorados por um sistema capaz de avisar sobre desmatamento e degradação nos nove estados da Amazônia.

O PPG7 também incluiu um componente de ciência e tecnologia, que financiou importantes centros de pesquisa (como o Museu Paraense Emílio Goeldi) e 110 estudos sobre os ecossistemas florestais brasileiros.

⁸ Fonte: <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2012/07/19/ppg7-maior-programa-ambiental-brasil>

O quarto componente incentivou a criação de projetos inovadores para promover o desenvolvimento sustentável em comunidades da Amazônia. Resultado: 30 mil famílias e 70 mil produtores locais receberam apoio às próprias atividades econômicas.

Sistema participativo

O PPG7 estabeleceu uma série de marcos nos últimos 20 anos. “O programa ajudou a criar, por exemplo, um marco regulatório para a pesca. Isso permitiu a preservação de diversas espécies como o pirarucu”, explica Batmanian.

Igualmente importante, segundo ele, foi o fato de o PPG7 dar força à criação de instituições ambientais em quatro dos estados mais novos do Brasil: Rondônia, Amapá, Tocantins e Roraima. Com essas instituições, ficou bem mais fácil aplicar as leis de proteção ao meio ambiente.

Finalmente, o programa deve uma boa parte de sua relevância à participação da sociedade civil brasileira. Isso era algo novo à época do lançamento do PPG7, quando o Brasil ainda retomava a democracia.

“Os doadores dos recursos propuseram que povos indígenas, comunidades ribeirinhas e seringueiros, entre outros, fossem levados em conta na implementação do programa. Atualmente, nenhum projeto no Brasil vai adiante se não tiver essa abordagem participativa”, comenta o especialista do Banco Mundial.

O PPG7 ainda gerou conhecimentos que depois impulsionaram a criação de leis e outras iniciativas ambientais no Brasil. Uma delas foi o programa ARPA, recentemente premiado pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos devido ao seu impacto no desenvolvimento global.

Desafio permanente

Vinte anos depois da Rio-92, a preservação das florestas brasileiras apresenta desafios a serem vencidos – em especial na Amazônia.

Ainda assim, o Brasil mostrou como era viável diminuir o desmatamento, gerenciar os próprios recursos naturais e, com isso, conquistar o reconhecimento mundial. “O PPG7 mostrou que era possível construir uma parceria ambiental internacional baseada em um país e que esse trabalho poderia ser de longo prazo”, conclui Garo Batmanian.” (grifos nossos)

Na página do Ministério do Meio Ambiente (MMA), reportagem de 2009, na semana seguinte ao encerramento do PPG7⁹:

⁹ Fonte: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/ppg7-duas-decadas-de-apoio-a-protecao-das-florestas-brasileiras>

“PPG7 - O Programa foi uma das mais importantes e audaciosas iniciativas do governo brasileiro, em parceria com a comunidade internacional e a sociedade civil, para testar e disseminar estratégias inovadoras de uso e proteção dos recursos naturais nas florestas tropicais, com o objetivo de transformar os conhecimentos gerados nas experiências em subsídios para as políticas públicas ambientais.

Em 17 anos, apoiou 26 projetos na Amazônia e Mata Atlântica, por meio dos quais buscou compatibilizar ações de conservação com geração de renda e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o Programa Piloto foi implementado de forma compartilhada com os ministérios da Justiça, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), e da Ciência e Tecnologia, pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e com os governos dos estados da Amazônia e Mata Atlântica, o Ministério Público e organizações da sociedade civil.

Resultados - O PPG7 investiu US\$ 463,1 milhões na implementação de projetos sustentáveis na Amazônia e na Mata Atlântica, em cinco áreas estratégicas: apoio à produção sustentável e manejo dos recursos naturais; estratégias de criação e ampliação de áreas protegidas, com demarcação de terras indígenas; fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente, com a descentralização da gestão ambiental e territorial; apoio à pesquisa científica e tecnológica, e ainda, produção e disseminação de conhecimentos para influenciar políticas públicas na área ambiental.

O Programa alcançou bons resultados em todas as áreas e gerou um acervo de conhecimentos que estão disponíveis para contribuir com as políticas ambientais. Dentre os resultados que se destacam estão a criação de mais de 100 milhões de hectares de áreas protegidas na Amazônia e Mata Atlântica, nos quais estão incluídos 2,1 milhões de hectares de reservas extrativistas, 44 milhões de hectares de terras indígenas demarcadas e 72 milhões de hectares de corredores ecológicos; o apoio a cerca 50 iniciativas de manejo florestal sustentável, em escalas comunitária e empresarial, contribuindo para a formulação de um modelo de exploração madeireira sustentável, com ênfase na exploração de produtos madeireiros e na melhoria de instrumentos e sistemas de monitoramento da atividade florestal na região amazônica; apoio à estruturação de associações de produtores no emprego de novos modelos de produção adaptados às condições amazônicas, com atenção especial ao uso do fogo no manejo agrícola e à geração de renda e de novos conhecimentos sobre produção sustentável; manejo sustentável dos recursos naturais da várzea dos rios Solimões e Amazonas, região de grande importância ecológica e econômica; apoio a iniciativas de manejo comunitário dos recursos pesqueiros, através de estudos da cadeia de pesca e da formulação de acordos e regras para o seu acesso entre organizações-não-governamentais, comunidades de pescadores, empresas e agentes ambientais voluntários.

O Programa Piloto também investiu no fortalecimento e descentralização da gestão ambiental; na pesquisa científica, por meio de investimentos de recursos no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpe); e nas organizações da sociedade civil, através de apoio às Redes de ONGs GTA, RMA e Coiab.

Ainda na gestão ambiental, ajudou a criar e a aperfeiçoar instrumentos de monitoramento, fiscalização e ordenamento territorial como o Zoneamento-Ecológico-Econômico (ZEE) e o Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais (SLAPR); este último, implementado inicialmente no estado de Mato Grosso e posteriormente nos demais estados da região.

As experiências de gestão compartilhada envolvendo o Ministério Público e os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (Oemas) acabaram levando à criação do Fórum do Ministério Público, uma instância que reúne os nove estados da região amazônica e tem o objetivo de aprimorar a atuação da instituição na defesa jurídica do meio ambiente.

No âmbito das políticas públicas ambientais, os conhecimentos produzidos no PPG7 serviram de referência para a elaboração do Plano Amazônia Sustentável (PAS), que reúne as diretrizes do governo federal para o desenvolvimento da Amazônia; Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (BR 163 Sustentável), Fundo Amazônia, dentre outros.

Além desses resultados, o programa inovou nos arranjos de cooperação internacional, servindo de inspiração para iniciativas similares, e apostou na participação social e nas parcerias como estratégias de envolvimento de vários setores em suas instâncias de coordenação, discussão e implementação.” (grifos nossos)

Fundamentação técnico-científica do PPG-7: International Union for Conservation of Nature - <https://www.iucn.org/>



Resumo estratégico do PPG-7, segundo o Banco Mundial¹⁰:

The Program's main lines of action focus on:

- Experimenting with and demonstrating **ways of protecting** Brazil's rain forests and using them in a sustainable fashion
- Protecting and conserving rain forest **natural resources**
- Strengthening **civil society and public institutions** involved in environmental protection of Brazil's rain forests
- Supporting **scientific research** and disseminating findings to conserve Brazil's rain forests

Reais objetivos:

“Demonstrating projects”: identificar líderes locais a serem engajados e financiados, a fim de legitimar, fortalecer e perpetuar a atuação estrangeira em território brasileiro.

“Proteger e conservar”: impedir a ocupação e exploração nacional dos recursos naturais existentes em regiões estratégicas.

“Fortalecer a sociedade civil”: legitimar a atuação de ONGs estrangeiras e identificar líderes locais a serem engajados e financiados. Convencimento e doutrinação da opinião pública.

“Fortalecer instituições públicas”: atuar diretamente no nível estadual e municipal, de modo a desmantelar o controle central da esfera federal; infiltrar universidades públicas; fortalecer o MMA, cuja criação coincide com o início da estratégia ambientalista da ONU, e outros órgãos da administração federal engajados em projetos de internacionalização do território nacional.

“Apoio à pesquisa científica”: “cientificar” o debate político e estratégico, fabricar subsídios “científicos” que justifiquem a atuação de ONGs e a proibição do regular usufruto do território nacional. Argumento de autoridade centralizado em universidades estrangeiras. Bloqueio do debate territorial e estratégico com argumentos ecológicos fabricados (biodiversidade, criação de bancos genéticos, repartições de benefícios pro forma). Escamoteia biopirataria de transnacionais farmacêuticas, para fins militares.

¹⁰ Fonte:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/880921468238160692/pdf/9241002005Dec10t0PUBLIC0Box0385367B.pdf>

Results so far:

- **Demarcation** of 45.4 million hectares of indigenous lands, establishment of 2.1 million hectares of community-managed extractive reserves, and significantly increased adoption of certified forest management across the legal Amazon.
- Implementation of a **participatory approach** to biodiversity conservation at the local level and funding of over 200 community projects that experiment with new models of rain forest conservation and the sustainable use of natural resources.
- **Stronger public institutions** with enhanced capacity for environmental management in the Amazon. Modernization of key research centers in the region.
- Participation of civil society in **policy dialogue**. New political constituencies and stronger civil society networks linking more than 700 NGOs. Thousands of community leaders trained in fire prevention and control.

Destaques da brochura do Banco Mundial "Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest"¹¹:

What Is the Pilot Program?

The Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest is a joint undertaking of the Brazilian government, Brazil's civil society, and the international community that seeks to find ways to conserve the tropical rain forests of the Amazon and Brazil's Atlantic coast. For the Pilot Program, *to conserve* means both to protect the forests and to promote sustainable development in these regions—to meet the needs of the current generation without compromising the needs of future generations. The Brazilian rain forests offer significant environmental benefits to Brazil and to the world. The forests harbor a rich diversity of plants and animals, store carbon that if released would contribute to the greenhouse gases in the atmosphere, regulate water cycles, and preserve the region's humid climate. Brazil also has a legitimate interest in using this natural resource for the economic opportunities it represents to the people who live in the forests and to Brazil as a nation. Thus the goal of the Pilot Program is to maximize the environmental benefits of the forests in a way that is consistent with the development goals of Brazil and its people. The program is a unique example of countries working together effectively to solve an international problem involving the global environment.

¹¹ Fonte:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/882571468225309829/pdf/455190WP0BOX0334106B01PUBLIC1.pdf>

Afirmações superlativas que não parecem objetivamente verificáveis seguidas de assertivas catastrofistas quanto às taxas de desmatamento no Brasil:

Why Is the Program Needed?

The Brazilian Amazon occupies more than half of Brazil's territory. It covers about 5 million square kilometers (sq km), a vast area equal in size to about half the continental United States or more than the territories of 25 European countries. One-fifth of the world's fresh water cycles through its river system. The Amazon is the largest remaining tropical forest region in the world. Together with the Atlantic Forest, it contains a diversity of plant and animal life found nowhere else on earth. The huge number of plant species—many still unknown to science—form a living pharmacy of medicinal plants. At least 1,750 more species of fish live in the Amazon than in all of the Mississippi River, and a single tree in the Amazon may harbor more ant species than in all of Great Britain.

Today this natural resource is threatened. Large-scale deforestation in the Amazon began in the late 1960s. By 1996 cutting and burning had destroyed some 517,000 sq km—an area larger than Germany and Denmark combined—or some 13 percent of the original forest area of the Amazon (estimated at 4 million sq km). The pace of deforestation, which had declined from about 21,000 sq km a year in 1978–88 to about 11,000 sq km in 1991, increased again in 1995. In that year alone some 29,000 sq km of forests were cleared, an area almost the size of Belgium. Deforestation slowed

Bastante improvável que seja verdadeira a assertiva de que a Mata Atlântica encerre o ecossistema mais rico em espécies endêmicas do planeta. De toda forma, trata-se de informação de difícil verificação objetiva. Apelo emocional propagandístico: risco de extinção iminente do pau-brasil e do mico-leão-dourado.

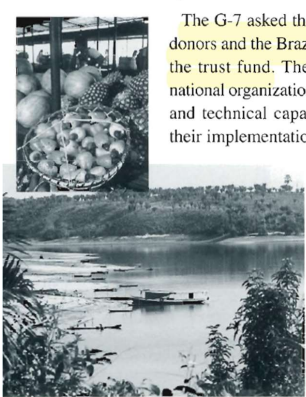
Bordering Brazil's prime agricultural and industrial regions, the Atlantic rain forest has been progressively decimated since the 1500s, but the devastation has accelerated over the past 40 years. Today only about 7 percent of the original forest remains. Degradation of this resource is a serious problem because the forest is the richest ecosystem in the world in terms of endemic species (those that occur only in a particular area). Many plants and animals native to the Atlantic rain forest—such as Brazil wood (after which the country is named) or the golden lion tamarin monkey—occur only in the Atlantic Forest. Without decisive efforts to conserve this ecosystem, many plant and animal species could become extinct.



Pressão internacional para que o Brasil se sujeitasse a ajuda internacional para controlar a destruição do ecossistema nacional:

During the 1980s the international community became increasingly concerned about the rapid destruction of Brazil's rain forests. People and organizations in Brazil and around the world called for measures to slow or stop the destruction. Because Brazil views its rain forests both as a natural resource to be protected for humankind and as a source of wealth for its regional population (some 20 million people, or about one-eighth the total population) and the country as a whole, solutions must reconcile protection and sustainable development. The Pilot Program is one of the most significant of these efforts.

Coordenação dos recursos pelo Banco Mundial, a "pedido" do G-7. Implantação do "The Rain Forest Trust Fund". Recursos destinados não apenas ao governo brasileiro (MMA), mas também a ONGs, a fim de desenvolver no Brasil modelo "inovador" de cooperação internacional.



The G-7 asked the World Bank to coordinate the program among the donors and the Brazilian government (the participants) and to administer the trust fund. The World Bank was selected because it is an international organization, not linked to a particular donor, with the experience and technical capacity to guide the design of projects and supervise their implementation.

The Bank began working with the donor countries, the Brazilian government, and Brazilian nongovernmental organizations (NGOs) in 1992. The first order of business was to set up the institutional arrangements and to prepare an initial group of projects. Coordination of the program and its projects within the Brazilian government became the responsibility of the Ministry of Environment, Water Resources, and the Legal Amazon (MMA). The first projects were approved in 1994 and implemented in

1995. The Rain Forest Trust Fund was also established in 1992 at the World Bank, with founding grants of about \$50 million. Germany, the European Union, and the United States have made additional contributions to specific projects, either by setting up other trust funds with the World Bank or by cofinancing. Germany and Canada made generous contributions early on to support the setting up of the program and the preparation of projects.

Controle internacional do PPG-7 não somente pelo controle do "The Rain Forest Trust Fund", mas por meio de revisão e aprovação dos projetos por parte do Banco Mundial, além do monitoramento do projeto por parte do "International Advisory Group - IAG" formado por especialistas estrangeiros.

How Is the Program Organized?

The Pilot Program represents a new model of international partnership. Collaboration on environmental issues of global concern is being strengthened by building and fine-tuning novel institutional arrangements and procedures on an international scale. Together the Brazilian government, the World Bank, and the donors are seeking to make this innovative international partnership work.

The World Bank's Rain Forest Unit in Brasília coordinates the preparation of projects between the Brazilian government (and its agencies) and donors. The unit is responsible for reviewing and approving proposed projects together with donors. It also administers the Rain Forest Trust Fund and oversees ongoing projects. It uses the same standards, rules, and procedures that apply to projects financed by World Bank loans, although it accepts somewhat higher risks because of the pilot nature of the program. The Rain Forest Trust Fund supports the preparation, supervision, and monitoring of these projects, and it funds studies of special interest to the program's objectives.

Projects are prepared by the Brazilian government and its agencies in consultation with stakeholders. A special Inter Ministerial Coordinating Commission oversees and approves all projects, which are implemented by various federal agencies, state governments in the Amazon, and local NGOs. The MMA is the lead ministry for the program through its Secretariat for the Legal Amazon. Within this secretariat, the Pilot Program Executive Secretariat coordinates the work of the technical teams for each project and monitors implementation and results.



Officials from donor countries, the Brazilian government (including state governments), NGOs, and the World Bank meet once or twice a year to assess the Pilot Program's progress, offer guidance, and make recommendations. In addition, an International Advisory Group (IAG) of experts from around the world monitors implementation and provides independent advice and evaluation of the program. The group meets twice a year to make recommendations to improve the program.

Realização de reuniões mensais das partes envolvidas no PPG-7, com a participação de representantes do MMA, IBAMA, MCT e FUNAI, pelo governo federal, representantes das ONGs envolvidas no projeto, do Banco Mundial e financiadores.

Local representatives of all concerned parties meet monthly in Brasília to share information and exchange views on program and project issues, creating a promising new mode of international cooperation at both conceptual and operational levels.

These meetings are attended by representatives of the MMA, the Brazilian Institute for the Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA), the Ministry of Science and Technology (MCT), the National Indian Foundation (FUNAI), the Amazon Working Group (GTA, an organization of Amazon NGOs), the Rain Forest Unit of the World Bank, and local donor representatives.

PILOT PROGRAM FUNDING (Millions of U.S. dollars)

Source	Rain Forest Trust Fund ^a	For Projects ^b			Total
		Contracted	Committed	Proposed	
Brazil	—	24.7 ^c	0.6	10.2	35.5
Canada	0.7	—	—	—	0.7
European Union	14.1	33.6	11.0	23.7	82.4
France	—	—	2.0	—	2.0
Germany	19.4	57.6	21.7	45.6	144.2
Italy	3.9	—	—	—	3.9
Japan	6.8	—	—	—	6.8
Netherlands	3.2	—	—	—	3.2
United Kingdom	2.3	6.0	2.0	17.4	27.8
United States	5.5	2.0	8.0	2.0	17.5
Total	55.8	124.0	45.4	98.9	324.1

^a Contributions to the Rain Forest Trust Fund were converted to U.S. dollars at the exchange rate of the date of deposit.
^b Project funding includes the estimated value of technical cooperation.
^c Contributions to projects at exchange rates in effect in April 1998.

Pressão pela demarcação de terras indígenas em território amazônico:

Involving Indigenous People in Land Demarcation: The Indigenous Lands Project

After years of waiting, the indigenous people of the upper and middle Rio Negro in Brazil are finally having their lands legally recognized—thanks partly to the Pilot Program's Indigenous Lands Project. The 106,000 sq km area is home to 19 ethnic groups. What is especially satisfying to everyone concerned is that the project is supporting an alternative way of demarcating the land. The regional indigenous organization (FOIRN) and a national nongovernmental organization (ISA) are actively involved in the process, as are all the indigenous communities who live there.

The main goals of the project are to help secure indigenous lands and improve the well-being of indigenous people in the Amazon. The project is committed not only to legalizing indigenous lands but also to improving the way in which legalization is achieved. Observers have long agreed that active involvement of the indigenous people in determining and establishing their borders is vital to their longer-term territorial control of the area. The legal recognition process by the nation state is an exercise of formal surveying and precise delineation that is somewhat foreign to the way indigenous people define their lands. Indigenous peoples should thus be fully involved when the lines are drawn on the map. Given the expansion of the economic frontier in the Amazon, it is also critical that indigenous people be fully aware of their legally defined territories and rights. They must also be actively involved in protecting their lands from illegal users.

Program efforts have helped legalize the lands inhabited by *indigenous people*, as mandated by the Brazilian Constitution. Since the program's inception, 11 Amazon indigenous areas have been identified and 29 demarcated, giving more security to the Amerindian people. Some areas have been demarcated with the active participation of the indigenous people themselves and of specialized NGOs. These activities are scheduled to continue until a majority of all indigenous lands in the Amazon has been demarcated and legally registered.

GRAVÍSSIMO e em andamento:

Desmantelamento do comando e controle do governo federal na região por meio do incentivo do controle e gestão ambientais por parte dos governos estaduais:

Until recently the definition and implementation of environmental policies in the Amazon region were the responsibility of Brazil's federal government. Since the 1988 Constitution came into effect, responsibility has been shared by federal, state, and municipal governments. Over time responsibility should become increasingly decentralized to local agencies.

Unfortunately, state and local governments—especially in the nine states of the Amazon region—are ill-equipped to take on this responsibility, often lacking the human resources, training, equipment, organizational structure, and political support needed to be effective. These state and local government institutions urgently need to be strengthened to carry out their jobs. In addition, state-level legislation, programs, and incentives need to be reviewed and made consistent with federal policies. There is also a need for increased political support from local constituencies to empower state and local governments in their new role.

The Natural Resources Policy Project (or subprogram) helps the nine Amazon states address these problems of policy, institutions, and coordination. It is by far the largest project in the Pilot Program, and it is critical for the program's success. The project has recently been reformulated to reorient it toward the solution of specific problems and the achievement of specific results.

Modernização do Museu Emílio Goeldi em Belém e do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, em Manaus:

The program has helped to modernize two important *scientific centers* in the Amazon: the Emílio Goeldi Museum in Belém and the National Institute for Amazon Research in Manaus. The centers have been supporting many eminent

Criação de reservas extrativistas, como reivindicadas por Chico Mendes:

Fulfilling the Vision of Chico Mendes: The Extractive Reserves Project

The idea of extractive reserves was originally proposed by the Amazonian rubber tappers in the state of Acre in the 1970s. The forest-dwelling population who derive their livelihood from forest resources—known generically as rubber tappers throughout the Amazon, although they practice mixed livelihoods and use other forest products, such as Brazil nuts—were increasingly threatened because of the expansion of other frontier activities, such as cattle ranching. To protect their interests, rubber tappers from all over the region organized themselves into the National Rubber Tappers Council (CNS). They carried out peaceful demonstrations, sometimes forming human barriers to physically block the advance of developers' bulldozers. They advocated the creation of extractive reserves in which local populations could be ensured unfettered access to natural resources in order to continue their livelihoods and help conserve and manage the forests.

The rubber tappers movement gained worldwide visibility when its leader, Chico Mendes, was assassinated in 1988 by a gunman hired by a neighboring cattle rancher. His legacy, however, lived on, as support for creating extractive reserves grew. A year after his death, the Brazilian Congress approved the creation of extractive reserves as one kind of conservation unit.

Within the next few years four reserves were created in the states of Acre, Rondônia, and Amapá (Chico Mendes, Alto Juruá, Rio Ouro Preto, and Rio Cajari). The Pilot Program's Extractive Reserves Project has been providing support to these reserves since 1995. The project is directly helping to transform Chico Mendes' dream into reality by strengthening the local reserve associations and providing support for the development of new agroforestry crops and forest products and sustainable production techniques.

Criação de corredores de floresta tropical:

Objective

The Rain Forest Corridors Project aims to conserve biodiversity by creating rain forest corridors in the Amazon and Atlantic rain forest regions.

Activities

Scheduled to begin in early 1999, the five-year project will focus initially on two large rain forest corridors. One, in the central Amazon, encompasses 245,500 sq km, the size of the United Kingdom. The other, in the northern Atlantic Forest, measures 77,500 sq km, an area larger than Ireland. A variety of incentives and regulations may be used to increase the size of protected areas and the connecting areas between them. The project will also seek to improve the management and protection of existing national, state, municipal, and private protected areas of all kinds within the corridors and stimulate the creation of additional public and private protected areas within the corridors. In addition, the project aims to increase the connectivity of forest cover between protected areas by promoting the conversion of private lands into conservation areas, supporting sound resource management and rehabilitating local communities in strategic locales, as well as formulating policy recommendations that provide economic incentives for conservation. The project will seek to coordinate these actions through participatory and decentralized project management that encourages cooperation among federal, state, and municipal government agencies, research institutions, community and other civil society organizations, and private landowners.

Participants

Ministry of Environment, Water Resources, and the Legal Amazon (MMA); the Brazilian Institute of the Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA); concerned state governments; corridor project units collaborating with public and private stakeholders; and civil society organizations and community groups.